

PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADO: FEIÇÃO DO PÚBLICO NÃO-ESTATAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO AMAPÁ/BRASIL (2018-2024)

Suzinalda de Souza Freitas (UNIFAP); suzinaldafreitas.sf@gmail.com
Norma-Iracema de Barros Ferreira (UNIFAP); normairacemaunifap@gmail.com
Maria Izabel de Souza Monteiro (UNIFAP); izabel.bel@gmail.com
Kátia de Nazaré Santos Fonsêca (UNIFAP); katia.fonseca.unifap@hotmail.com

Este trabalho é um recorte de um estudo em fluxo e versa acerca do *tema* as Parcerias entre o Público e o Privado (PPP) no âmbito da Educação Básica para o ensino amapaense. O *problema* indaga: quais as consequências de parcerias entre o público e o privado na Educação Básica para o ensino no Estado do Amapá? A *hipótese* é que dentre as consequências das PPP aos moldes da lógica mercantil na educação, há privatização da gestão e do currículo, fato que colabora para a precarização do ensino público estadual. O *objetivo* busca analisar as consequências de parcerias entre público e privado como política educacional no ensino básico do Amapá. No que tange à *metodologia*, optou-se por uma abordagem qualitativa, seguindo as orientações de Minayo (2003), somada ao suporte em Evangelista (2009), no exercício de consulta a documentos como fonte de pesquisa.

No decurso do texto, nota-se que se repete a velha receita do capital: após privatizar os ganhos com o mercado educacional, o sistema socializa os prejuízos, pois enquanto o negócio da venda do ensino lucra, o país é que alcança índices assustadores de analfabetismo. Portanto, as parcerias entre público e privado, longe de significar democratização do acesso ao ensino, vira um mito que se realiza apenas no sentido empresarial e mercadológico, o que faz com que se privatize até o que é tido constitucionalmente como direito inalienável: a educação (Sguissardi, 2008). Assim, as políticas educacionais com feição privatista na Educação Básica, em especial no Amapá, requerem um olhar crítico acerca das redefinições no papel do Estado neste cenário particular do Capitalismo, com ênfase nas PPP como a terceira via e o Terceiro Setor.

Menciona-se que estamos revivendo as mesmas práticas mercadológicas de inspiração social, econômica e política de um passado recente da história global, que alteraram o modo de produção desde o Feudalismo, passando pelo Capitalismo e Socialismo. Nessa vertente, Wendy Brown na obra *Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente* (2019), defende que em tal sistema econômico as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política, juntamente com sua cria - a financeirização - moldaram a

história mundial recente tão profundamente, quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período.

Em sua narrativa, Brown (2019, p. 29-30) entende que o neoliberalismo consiste principalmente em “desmantelar as barreiras aos fluxos de capital, representadas pelos Estados-nação e neutralizar as demandas redistributivas do Sul recentemente descolonizados, tais como aquelas incorporadas na Nova Ordem Económica Internacional”. Nos termos precisos do autor:

Liberar o capital para caçar mão de obra barata, recursos e paraísos fiscais em todo o mundo inevitavelmente gerou padrões de vida mais baixos às populações da classe trabalhadora e da classe média no Norte global, exploração contínua e limitações à soberania, acompanhadas por um desenvolvimento (desigual) no Sul global.

Ao que tudo indica, essa *relação matrimonial* entre educação e capital é secular. De acordo com Melo *et al.* (2012), Marx e Engels já tinham apontado para as tendências da consolidada sociedade capitalista de sua época: aumento incessante da massa de mercadorias, fosse pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação bens materiais ou simbólicos, em mercadoria. No limite, como viram os renomados filósofos, tudo seria transformado em mercadoria; e a sociedade capitalista seria compelida a inventar sempre novos bens e novas necessidades. Mas, para aumentar a potência produtiva e expandir o espaço da acumulação, essa sociedade realizaria uma revolução técnica incessante, passando pela criação de um homem portador de novas necessidades em expansão, o que muda sobremaneira a cultura e as formas de sociabilidade, inclusive o próprio sistema educacional.

Para o alcance desses propósitos mercantilistas, o neoliberalismo é elemento-chave para a reestruturação fiscal do Estado. Uma das implicações desse novo projeto de gestão educacional trata-se da formação de sujeitos com habilidades e competências mercantis. Sob esse prisma, concorda-se com Harvey (2005) ao asseverar que o Estado, assim como capital, deve ser visto como parte importante do movimento de correlação de forças de sujeitos situados em um contexto multideterminado.

Ainda em fase de resultados preliminares, discute-se aqui a atuação de grupos educacionais privados envolvidos na oferta da Educação Básica pública, bem como a influência da drenagem de recursos financeiros públicos ao setor privado, o que representa que a educação pública é um mercado em expansão. Os grupos econômicos financeiros naturalizam os serviços privados como sinônimo de eficiência e qualidade e, assim, disseminam como alcançar índices favoráveis nas avaliações educacionais efetuadas.

Isso indica que, com a redefinição do papel do Estado neste período particular do Capitalismo, as políticas educacionais são definidas aos moldes neoliberais e para a sociedade

incumbe-se a tarefa de execução, que outrora era feita pelo Estado. Dessa forma, naturalizou-se que o Estado não é o principal executor das políticas e então o mercado é visto como parâmetro de qualidade, a partir do diagnóstico neoliberal e da Terceira Via, segundo a qual a crise reside no próprio Estado, e não nas mazelas que usualmente gestores privatistas lhe impingiram, quando em exercício de cargos públicos.

Por fim, apesar de a pesquisa ainda se encontrar em andamento, é possível antever a confirmação da hipótese formulada, uma vez que a democratização do ensino via privatização confirma o privatismo na educação. Tal fenômeno provoca o esvaziamento do currículo local e da gestão dos saberes pelo Terceiro Setor ou Terceira via. Isso nada mais é do que estratégia para salvaguardar a hegemonia político-econômica do Capitalismo, consistindo em probabilidade de extinção do Estado provedor da educação pública e gratuita.

REFERÊNCIAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: Colóquio - A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais, 1., 2009, Belém. **Anais** [...] Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/211971320/texto-Olinda-PDF>

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Edivânia *et al.* **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács2012.

MINAYO, Maria Cecília de S.; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2003.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. & Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.